
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA (1ª) EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM
GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COTIA VITÓRIA SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A.**

ENTRE

COTIA VITÓRIA SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A.

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

E

INTERVENIENTES GARANTIDORES IDENTIFICADOS A SEGUIR

**DATADA DE
26 DE ABRIL DE 2012**

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA (1ª) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COTIA VITÓRIA SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

A. COTIA VITÓRIA SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A., sociedade por ações, sem registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, na Avenida Jerônimo Monteiro, nº 1.000, 16º andar, salas 1620, 1622 e 1624, Centro, CEP 29.010-935, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.826.229/0001-42, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora”);

B. PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA., instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, nomeada neste instrumento para representar a comunhão dos interesses dos futuros Debenturistas (conforme abaixo definidos) da primeira (1ª) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, da Emissora (“Emissão”), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”);

E, na qualidade de intervenientes garantidores,

C. EDUARDO MANGABEIRA ALBERNAZ, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens com Beatriz Monteiro Mangabeira Albernaz, abaixo qualificada, economista, portador da cédula de identidade RG nº 6.611.105, inscrito no CPF/MF sob o nº 011.273.088-40, residente e domiciliado na Avenida Vicente de Paiva, nº 300, Jardim Leonor, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“Eduardo”);

D. FERNANDO DE LIMA MENGE, brasileiro, casado sob regime de separação total de bens, economista, portador da cédula de identidade RG nº 5.716.794-1, inscrito no CPF/MF sob o nº 003.064.558-11, residente e domiciliado na Rua Pará, nº 319, apto. 21, Higienópolis, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“Fernando”);

E. COTIA EMPREENDIMENTOS LOGÍSTICA E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Cariacica, Estado do Espírito Santo, na Rodovia BR 101 Norte Contorno, KM 281,3, sala 20, CEP 29.158-001, inscrita no CNPJ/MF sob

o nº 39.806.682/0001-60, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Cotia Empreendimentos” e, em conjunto com Eduardo e Fernando, “Intervenientes Garantidores”).

E, ainda, na qualidade de interveniente anuente,

F. BEATRIZ MONTEIRO MANGABEIRA ALBERNAZ, brasileira, casada sob regime de comunhão parcial de bens, do lar, portador da cédula de identidade RG nº 9.880.536, inscrito no CPF/MF sob o nº 336.127.218-10, residente e domiciliada na Avenida Vicente de Paiva, nº 300, Jardim Leonor, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“Interveniente Anuente” e em conjunto com Emissora, Agente Fiduciário e Intervenientes Garantidores, “Partes”).

Celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da Primeira (1ª) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Cotia Vitória Serviços e Comércio S.A. (“Escritura” ou “Escritura de Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é celebrada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 25 de abril de 2012 (“AGE”), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações. A Fiança (conforme abaixo definida) prestada por Cotia Empreendimentos foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração (“RCA”) realizada em 25 de abril de 2012, nos termos do artigo 7º do Estatuto Social da Cotia Empreendimentos.

2. DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão será realizada com observância dos requisitos abaixo:

2.1.1. Arquivamento e Publicação

2.1.1.1. A ata da AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima será arquivada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (“JUCEES”) e publicada no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e no jornal “A Gazeta” do Espírito Santo, nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. Inscrição e Registro da Escritura

2.1.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCEES, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2.2. Em virtude da garantia fidejussória de que trata a Cláusula 4.10 abaixo, a presente Escritura de Emissão será registrada no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos nas cidades de São Paulo, Estado de São Paulo e de Vitória, Estado do Espírito Santo, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da data de seu registro na JUCEES, sendo que a Emissora entregará uma via registrada em cada cartório e arquivada na JUCEES ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias da data do efetivo registro por cada cartório.

2.1.3. Dispensa de Registro na CVM

2.1.3.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

2.1.4. Registro na CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”)

2.1.4.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto na Cláusula 3.8 abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.5. Dispensa de Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.1.5.1. A presente Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição e não haver prospecto, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social a realização de operações comerciais no mercado externo, e de produtos importados no mercado interno, por conta própria ou de terceiros; a importação e exportação de produtos primários e manufaturados, inclusive de veículos automotores; a importação de produtos relativos à área de saneantes domissanitários, produtos para a saúde e produtos para diagnósticos, cosméticos, perfumes, higiene pessoal, produtos de limpeza, produtos farmacêuticos controlados ou não, medicamentos, bem como de produtos comestíveis de qualquer ordem; importação e comercialização de ração animal e produtos de uso veterinário; intermediação de negócios, importação, distribuição e comércio atacadista de mercadorias importadas em geral; comércio interno em geral; representação de outras sociedades nacionais ou estrangeiras; exercício de atividades conexas, conseqüentes ou subsidiárias do comércio exterior e doméstico que sejam compatíveis com a índole da Emissora e que se destinem à colocação, promoção, divulgação e comercialização de produtos brasileiros no exterior, bem como de produtos do exterior no mercado brasileiro e/ou fora dele; comércio, importação e exportação; prestação de serviços de consultoria, de assessoria e planejamento comercial de importação e/ou exportação, mercadológico, financeiro e administrativo, assim como prestação de serviços pertinentes ao seu ramo de atividade; participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, e demais atividades e empreendimentos relacionados com o objetivo social da Emissora.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta é a primeira (1ª) emissão pública de Debêntures da Emissora.

3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única.

3.4. Montante da Emissão

3.4.1. O montante total da emissão será de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas 60 (sessenta) Debêntures.

3.6. Banco Mandatário e Escriturador

3.6.1. O banco mandatário e escriturador das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado 'Cidade de Deus', s/n.º, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário e Escriturador").

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos captados por meio da presente Emissão serão destinados ao reforço do capital de giro da Emissora.

3.8. Registro para Distribuição e Negociação

3.8.1. As Debêntures serão registradas: (i) para distribuição no mercado primário por meio do SDT; e (ii) para negociação em mercado secundário por meio do SND, sendo a custódia eletrônica das Debêntures e a liquidação financeira realizadas através da CETIP.

3.8.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelos Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e do cumprimento, pela Emissora, das atribuições definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

3.9. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de subscrição, nos termos do "Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, da Primeira (1ª) Emissão Pública da Cotia Vitória Serviços e Comércio S.A." ("Contrato de Colocação"), com intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Investidores Qualificados").

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. *Valor Nominal Unitário*

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal” ou “Valor Nominal Unitário”).

4.1.2. *Quantidade de Debêntures*

4.1.2.1. Serão emitidas 60 (sessenta) Debêntures, em série única.

4.1.3. *Data de Emissão*

4.1.3.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é 10 de maio de 2012 (“Data de Emissão”).

4.1.4. *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.4.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 10 de maio de 2014 (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.2 abaixo. Na ocasião de cada um dos vencimentos, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo Valor Nominal Unitário ou pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos (conforme definidos abaixo) e encargos moratórios e multa (conforme definidos abaixo), calculados na forma prevista nesta Escritura.

4.1.5. *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.5.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados.

4.1.6. *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.6.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade de Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, extrato em nome do Debenturista, expedido pela CETIP.

4.1.7. *Conversibilidade*

4.1.7.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.8. *Espécie*

4.1.8.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória conforme previsão constante da Cláusula 4.10 abaixo.

4.2. Subscrição

4.2.1. *Prazo de Subscrição*

4.2.1.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, a qualquer tempo, em uma única data, em até 25 (vinte e cinco) dias contados da data de início da distribuição (“Data da Primeira Subscrição e Integralização”).

4.2.2. *Preço de Subscrição*

4.2.2.1. O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário, considerando que todas as debêntures sejam subscritas e integralizadas em uma única data.

4.2.3. *Direito de Preferência*

4.2.3.1. Não há direito de preferência dos atuais acionistas da Emissora na subscrição das Debêntures.

4.3. Integralização e Forma de Pagamento

4.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP. O montante a ser recebido pela Emissora em decorrência dos valores pagos pelos titulares de Debêntures (“Debenturistas”) a título de integralização das Debêntures será depositado, pelo(s) intermediário(s), em conta bancária de número 173936-0, de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco Bradesco S.A., na Agência 2372.

4.4. Atualização do Valor Nominal

4.4.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal das Debêntures.

4.5. Remuneração

4.5.1. *Juros Remuneratórios*

4.5.1.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, Over Extra-Grupo, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxas DI"), acrescida de uma sobretaxa de 2,10% (dois inteiros e dez centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, conforme o caso, a partir da Data da Primeira Subscrição e Integralização ou na data prevista do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) ("Juros Remuneratórios").

4.5.1.2. Os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente, no dia 10 dos meses de maio e novembro, até a Data de Vencimento, ou, caso estes não sejam dias úteis, no primeiro dia útil subsequente, conforme o caso, sendo que o 1º (primeiro) pagamento de Juros Remuneratórios ocorrerá em 10 de novembro de 2012.

4.5.2. *Forma de Cálculo dos Juros Remuneratórios*

4.5.2.1. Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde,

J = valor unitário dos juros, acumulado no período, devido na data de seu efetivo pagamento, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de emissão das Debêntures informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI-Over da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

n_{DI} = número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo " n_{DI} " um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

$k = 1, 2, \dots, n$;

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa na forma de percentual ao ano, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$Fator Spread = \left[\left(\frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

onde:

spread = 2,1000; e

DP = número de dias úteis entre a data da primeira subscrição e integralização ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso e a data de cálculo, sendo “DP” um número inteiro.

4.5.2.2. Para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios:

- (i) o fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (iv) o fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais ao divulgado pela CETIP.

4.5.2.3. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.2.4. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação sobre o novo parâmetro a ser utilizado para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.2.5. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, exceto na hipótese de impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou

determinação judicial, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

4.5.2.6. Na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas prevista no item 4.5.2.5 acima ou, caso instalada, não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 7 (sete) dias a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas:

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, nos termos da Escritura, acrescido dos Juros Remuneratórios calculado *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente; ou
- (ii) a Emissora deverá apresentar um cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em circulação, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures e o prazo de amortização previsto nesta Escritura. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida dentre três índices utilizados no mercado financeiro para remuneração do investimento em renda fixa, se houver, ou a exclusivo critério dos Debenturistas, caso não haja parâmetro para a nova remuneração, por deliberação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme estabelecido na Cláusula 8ª desta Escritura, prevalecendo a taxa que tiver o maior número de votos dos Debenturistas presentes. A taxa de remuneração substituta definida na Assembleia Geral de Debenturistas deverá preservar o valor real e os mesmos níveis dos Juros Remuneratórios anteriormente praticados à suspensão ou à extinção da referida Taxa DI. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252

(duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI.

4.5.3. Período de Capitalização

4.5.3.1. Define-se período de capitalização (“Período de Capitalização”) como sendo o intervalo de tempo que se inicia na data da primeira subscrição e integralização (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.5.4. Ausência de Novação

4.5.4.1. Os Intervenientes Garantidores desde já concordam com o disposto nas Cláusulas 4.5.2.3 a 4.5.2.5 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se as garantias válidas e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. Os Intervenientes Garantidores desde já concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto acima.

4.6. Repactuação

4.6.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.7. Amortização

4.7.1. O Valor Nominal das Debêntures será amortizado em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento das Debêntures.

4.8. Condições de Pagamento

4.8.1. *Local de Pagamento e Imunidade Tributária*

4.8.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no SND: (a) na sede da

Emissora ou do Banco Mandatário e Escriturador; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.8.1.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, com cópia para a Emissora, até 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8.1.2.1. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.8.1.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Mandatário e Escriturador, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Mandatário e Escriturador ou pela Emissora.

4.8.1.2.2. Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 4.8.1.2 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora ou o Banco Mandatário e Escriturador por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

4.8.2. *Prorrogação dos Prazos*

4.8.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.8.3. *Encargos Moratórios e Multa*

4.8.3.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e

não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, “Encargos Moratórios e Multa”).

4.8.4. Decadência do Direito aos Acréscimos

4.8.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios e Multa no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Juros Remuneratórios e/ou Data de Vencimento.

4.9. Publicidade

4.9.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e no jornal “A Gazeta” do Espírito Santo, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário de qualquer publicação na data da sua realização.

4.10. Garantia Fidejussória

4.10.1. Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas nesta Escritura, os Intervenientes Garantidores prestam fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadores e principais pagadores, solidariamente responsáveis entre si e com a Emissora, de todos os valores devidos nos termos desta Escritura. Declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadores e principais pagadores, solidariamente responsáveis, do valor total da dívida da Emissora oriunda das Debêntures desta Emissão, nos termos desta Escritura e em conformidade com o artigo 818 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Fiança” e “Código Civil”, respectivamente).

4.10.2. O valor da Fiança é limitado ao valor total das obrigações inerentes à Emissão, o qual inclui: (i) o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios e Multa, se for o caso, calculados nos termos desta Escritura; bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive as despesas judiciais, remuneração e despesas com Agente

Fiduciário, Banco Mandatário e Escriturador, verbas indenizatórias, quando houver, custos com honorários advocatícios, comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos, outras medidas judiciais ou extra judiciais, considerando-se para tanto o trânsito em julgado dos referidos processos, procedimentos e quaisquer outras medidas judiciais ou extra judiciais favoráveis ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas (“Valor Garantido”).

4.10.3. O Valor Garantido será pago por qualquer Interviente Garantidor em até 2 (dois) dias úteis após o recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário nesse sentido, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida nesta Escritura. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

4.10.4. Os Intervientes Garantidores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (“Código de Processo Civil”).

4.10.5. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada por qualquer Interviente Garantidor com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.10.6. Os Intervientes Garantidores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula 4.10, até o limite do valor da dívida efetivamente honrada, sendo certo que os Intervientes Garantidores obrigam-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.

4.10.7. A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão das Debêntures e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de todas as suas obrigações nos termos da presente Escritura.

4.10.8. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral

liquidação do Valor Garantido, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e os Intervenientes Garantidores.

4.10.9. Em virtude da Fiança prestada pelos Intervenientes Garantidores, a presente Escritura deverá ser levada a registro no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos das cidades de São Paulo, Estado de São Paulo e de Vitória, Estado do Espírito Santo, em até 3 (três) dias úteis a contar da data de registro desta Escritura de Emissão na JUCEES. No prazo de 5 (cinco) dias após o registro pelos cartórios, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada em cada cartório.

4.10.10. O Agente Fiduciário declara, com base nas demonstrações financeiras e declarações encaminhadas pelos Intervenientes Garantidores, que verificou que, na Data de Emissão, o valor do patrimônio dos mesmos é suficiente para quitar o saldo devedor das Debêntures.

5. DA AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Aquisição Antecipada Facultativa e Oferta de Resgate Antecipada Facultativa

5.1.1. *Aquisição Antecipada Facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 3.8.2 acima, adquirir Debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, ou por preço superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras expedidas pela CVM nesse sentido, conforme o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios e Multa, se for o caso. As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de aditamento a esta Escritura; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 5.1.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

5.1.2. *Oferta de Resgate Antecipado Facultativa.* A Emissora poderá realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurando-lhes igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de que forem titulares, nos termos das Cláusulas 5.1.2.1 a 5.1.2.5 abaixo ("Oferta de Resgate Antecipado Facultativa").

5.1.2.1. A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado Facultativa, a qualquer tempo, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 4.9.1 acima ou por meio de comunicado enviado diretamente aos Debenturistas ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado Facultativa") e, em qualquer caso, mediante envio de comunicado escrito ao Agente Fiduciário, os quais deverão descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado Facultativa, incluindo (a) se o resgate será total ou parcial, e, se for parcial, o procedimento para o resgate parcial (sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações); (b) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (c) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas, a qual deverá respeitar o intervalo mínimo de 10 (dez) dias úteis entre a data do Edital de Oferta de Resgate Antecipado Facultativa e a data efetiva para pagamento; (d) a forma e o prazo para manifestação dos Debenturistas, titulares das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado Facultativa, que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativa; e (e) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado Facultativa. A CETIP deverá ser comunicada por meio de correspondência encaminhada pela Emissora com o 'de acordo' do Agente Fiduciário, com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência da realização do resgate total antecipado.

5.1.2.2. Após a publicação ou envio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado Facultativa, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado Facultativa deverão se manifestar nesse sentido para a Emissora com cópia para o Agente Fiduciário até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado Facultativa.

5.1.2.3. A Emissora poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado Facultativa à aceitação deste por um percentual mínimo de Debêntures, a ser definido e divulgado por meio do Edital de Oferta de Resgate Antecipado Facultativa.

5.1.2.4. O valor a ser pago aos Debenturistas a título da Oferta de Resgate Antecipado Facultativa será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do resgate, acrescido (a) da respectiva Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Subscrição e Integralização ou a data do último pagamento da Remuneração das Debêntures, conforme o caso; e (b) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, prêmio de resgate esse que não poderá ser negativo. A liquidação da respectiva Oferta de Resgate Antecipado Facultativa ocorrerá, para todas as Debêntures objeto do resgate, em uma única data.

5.1.2.5. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado parcial, conforme o caso, deverá ocorrer através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos

Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP, observado que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

5.2. Vencimento Antecipado

5.2.1. *Hipóteses de vencimento antecipado*

5.2.1.1. O Agente Fiduciário, nos termos previstos na presente Cláusula 5.2.1, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios e Multa, se houver, calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (“Eventos de Inadimplemento”):

- (i) ocorrência de legítimo protesto de títulos contra a Emissora e/ou contra os Intervenientes Garantidores, suas controladas e/ou coligadas, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões), salvo se: (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora; ou (b) a Emissora tiver contestado, de boa fé, o referido protesto, de maneira a demonstrar erro ou má-fé, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de intimação do protesto, o qual será considerado como prazo de cura e a exigibilidade imediata do pagamento tiver sido suspensa ou cancelada;
- (ii) pedido de falência, pedido de autofalência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora e/ou de suas controladas, controladoras, ou insolvência dos Intervenientes Garantidores pessoas físicas;
- (iii) não pagamento, nas respectivas datas de vencimento, de qualquer obrigação pecuniária decorrente das Debêntures, independente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial;
- (iv) descumprimento, pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária decorrente desta Escritura, não sanado em até 5 (cinco) dias contados da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida;

- (v) cisão, incorporação, fusão, venda ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora e/ou de suas controladas, controladoras, que resulte em mudança ou transferência ou alteração, direta ou indireta, de controle acionário e/ou societário, exceto entre sociedades pertencentes ao grupo econômico da Emissora;
- (vi) redução de capital social da Emissora sem a prévia aprovação pela maioria dos Debenturistas, nos termos do § 1º do artigo 174 da Lei das Sociedades Anônimas; e/ou alteração de estatuto social ou objeto social da Emissora que implique na concessão de direito de retirada aos acionistas;
- (vii) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora, dos Intervenientes Garantidores, controladoras, no mercado local ou internacional;
- (viii) se a Fiança: (a) for objeto de questionamento judicial; (b) não for devidamente constituída e formalizada nos termos da presente Escritura; (c) for anulada, ou (d) de qualquer forma, deixar de existir ou for extinta antes do prazo de vencimento das Debêntures;
- (ix) caso as declarações feitas pela Emissora e/ou pelos Intervenientes Garantidores nos documentos que instruem a Oferta, de qualquer forma, no curso das análises que instruíram a decisão de investimento, sejam falsas ou enganosas, ou ainda, sejam incorretas ou inconsistentes ou incompletas;
- (x) ocorrência de qualquer evento que, na avaliação dos Debenturistas, após manifestação expressa da Emissora realizada no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de ocorrência do evento, tenha, com relação à Emissora (a) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos seus negócios, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas; (b) qualquer efeito adverso relevante nos seus poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos dos documentos que instruem a Oferta; e/ou (c) qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo ou envio de notificação, ou ambos, possa resultar em um Evento de Inadimplemento (“Efeito Adverso Relevante”);
- (xi) aplicação dos recursos oriundos da Oferta em destinação diversa da descrita nesta Escritura;

- (xii) autuação pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência entre outros que possa a vir afetar de maneira relevante a capacidade operacional legal ou financeira da Emissora e/ou de suas controladas, controladoras;
- (xiii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, necessárias para o regular exercício das atividades da Emissora;
- (xiv) pagamento pela Emissora de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, em desacordo com a legislação, caso esta esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias decorrentes das Debêntures;
- (xv) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;
- (xvi) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas na Escritura, sem prévia autorização dos Debenturistas;
- (xvii) na hipótese de quaisquer dos documentos referentes à Emissão se tornarem comprovadamente inexecutáveis ou inválidos nos termos da legislação aplicável, e tal evento não for sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que a Emissora tomar conhecimento do referido evento;
- (xviii) a Emissora e/ou os Intervenientes Garantidores deixarem de cumprir quaisquer obrigações assumidas na Fiança, ou em caso de desconstituição de quaisquer dos Intervenientes Garantidores na Fiança, independente do motivo, desde que tal inadimplemento ou desconstituição, não seja sanado ou que a Emissora e/ou os Intervenientes Garantidores não substituam ou reforcem tais garantias, nos prazos aqui previstos;

5.2.1.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nos itens (ii); (iii); (v); (vi); (vii); (viii); (ix); (xi); (xiv); (xv); (xvi); e (xvii) acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

5.2.1.3. Na ocorrência de quaisquer outros Eventos de Inadimplemento não mencionados na Cláusula 5.2.1.3 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, conforme

estabelecido na Cláusula 8ª desta Escritura. Na Assembleia Geral de Debenturistas, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

5.2.2. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora e aos Intervenientes Garantidores, com cópia para o Banco Mandatário e Escriturador, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário.

5.2.3. A CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência do pagamento referido no item 5.2.2 acima.

5.2.4. Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.2.2 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, os Encargos Moratórios e Multa, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme Cláusula 4.8.3 acima sem prejuízo da execução da Fiança.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS INTERVENIENTES GARANTIDORES

6.1. A Emissora e os Intervenientes Garantidores, de forma solidária, adicionalmente, obrigam-se a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (a) dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término de cada exercício social ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (ii) declaração de Diretor da Emissora atestando o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão;
 - (b) semestralmente, cópia de suas demonstrações financeiras não auditadas relativas ao semestre anterior dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias a contar do seu término;

- (c) notificação da convocação de qualquer assembleia geral de acionistas, bem como a data e ordem do dia da assembleia a se realizar, cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas, dentro de 30 (trinta) dias após sua realização;
 - (d) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 5.2 acima imediatamente após a sua ocorrência; e
 - (e) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora ou dos Intervenientes Garantidores que, de alguma forma, possam interessar aos Debenturistas, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
 - (iii) atender integralmente às obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
 - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;

- (e) observar as disposições da Instrução da CVM 358 no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente aos Coordenadores; e
- (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (iv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 1 (um) dia útil a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009;
- (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (vi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8ª desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (vii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) não praticar quaisquer atos em desacordo com (i) seu Estatuto Social, na medida em que tais atos afetem negativamente a capacidade da Emissora em cumprir com suas obrigações pactuadas na presente Escritura; ou (ii) os Documentos da Emissão;
- (xi) notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, bem como sobre a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento, previstos na Cláusula 5.2.1 acima;

- (xii) manter seus bens relevantes adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (xiii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xiv) arcar com todos os custos decorrentes: (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora e atos constitutivos da Fiança; e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Escriturador e Banco Depositário;
- (xv) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xvi) não efetuar pagamento de dividendos ou de juros sobre capital próprio caso esteja em mora com relação às Debêntures, exceto pelo mínimo obrigatório exigido na Lei das Sociedades por Ações;
- (xvii) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;
- (xviii) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário e previamente aprovadas pela Emissora, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xix) manter sempre vigentes as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (xx) contratar e manter contratados, às suas expensas, enquanto vigorar esta Emissão, os prestadores de serviços relacionados às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo, sem limitação, o Banco Mandatário, a Instituição Depositária, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- (xxi) indenizar e/ou reembolsar, conforme o caso, os Debenturistas, na hipótese de lhes serem imputadas responsabilidades de qualquer natureza por terceiros, pelo judiciário e/ou por quaisquer órgãos de fiscalização e controle brasileiros, em razão

da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Escritura; e

- (xxii) entregar declaração ao Coordenador Líder acerca do atendimento integral das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, transcritas na Cláusula 6.1 (iii) acima.

6.2. Os Intervenientes Garantidores se obrigam a fornecer ao Agente Fiduciário as seguintes informações:

- (i) informações sobre quaisquer descumprimentos de quaisquer dos Intervenientes Garantidores, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de até 7 (sete) dias contados da data em que tomar conhecimento de tal descumprimento;
- (ii) quaisquer informações que o Agente Fiduciário solicitar que possam impactar o cumprimento, por parte de cada Interveniente Garantidor, das suas obrigações previstas nesta Escritura, no prazo de até 7 (sete) dias contados do recebimento da notificação enviada pelo Agente Fiduciário; e
- (iii) anualmente, no prazo de 3 (três) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, cópia de suas demonstrações financeiras e declarações informando que possuem patrimônio suficiente para quitar o saldo devedor das Debêntures.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia a PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA., acima qualificada, como agente fiduciário desta Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

7.2. O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;

- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (ix) aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas na Cláusula 5.2 desta Escritura;
- (x) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (xi) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (xii) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (xiii) que verificará a regularidade da constituição da garantia fidejussória prestada aos Debenturistas, bem como sua exequibilidade, com base no disposto na Cláusula 2.1.2.2, e que verificou a sua suficiência, conforme Cláusulas 4.10.10; e
- (xiv) que não atua na presente data em outra emissão da Emissora ou de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo.

7.2.1. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora ou por Debenturistas representando, no mínimo, a maioria simples das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3.1. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.2. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo da distribuição, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.3.4. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCEES, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.6. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) verificar a regularidade da constituição da Fiança, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora e dos Intervenientes Garantidores;
- (x) solicitar, quando considerar necessário e mediante causa relevante que venha a configurar algum Efeito Adverso Relevante, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas desta, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria;

- (xi) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9 desta Escritura;
- (xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas e enviar à CETIP, no mesmo dia da Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida assembleia;
- (xiii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea “b”, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura e demais documentos da Emissão;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (j) declaração sobre a suficiência e exequibilidade da Fiança prestada nos termos da Cláusula 4.10 acima; e

- (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea “k”, itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.
- (xiv) colocar o relatório de que trata o item (xiv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
 - (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - (c) na CVM;
 - (d) na CETIP; e
 - (e) na sede do Coordenador Líder;
- (xv) enviar comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xv) acima;
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e Escriturador e à CETIP;
- (xvii) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, se for o caso;
- (xviii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura e da Fiança, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- (xix) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 2 (dois) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;

- (xx) calcular, em conjunto com a Emissora, o Valor Nominal Unitário diário das Debêntures, e disponibilizá-lo aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do site www.fiduciario.com.br; e
- (xxi) verificar a ocorrência do pontual e integral pagamento dos valores devidos pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura.

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) executar a Fiança, aplicando o produto no pagamento integral dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência da Emissora, nos termos previstos na legislação e regulamentação aplicáveis, e, conforme aplicável, a falência ou insolvência dos Intervenientes Garantidores;
- (iv) tomar todas as providências para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial e/ou insolvência da Emissora e/ou dos Intervenientes Garantidores, se for o caso.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (v) acima, nos termos do artigo 13, parágrafo único, da Instrução CVM 28.

7.7. Será devido, pela Emissora, ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$9.000,00 (nove mil reais), sendo o primeiro

pagamento devido 15 (quinze) dias após a data da assinatura da presente Escritura, e os demais pagamentos, nas mesmas datas dos anos subsequentes.

7.7.1. A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (iv) CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); e (v) IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que tais valores indicados nesta Escritura correspondam a valores líquidos destes tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.

7.7.2. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.7 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da primeira parcela de que trata a Cláusula 7.7 acima.

7.7.3. A remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando, em nome dos Debenturistas, na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.7.4. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução da Fiança, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das decisões tomadas em tais eventos. Tal valor deverá ser pago 5 (cinco) dias após o envio, pelo Agente Fiduciário, do relatório de horas à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não serão considerados reestruturação das Debêntures para fins desta Escritura.

7.7.5. A remuneração do Agente Fiduciário engloba os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como participação em Assembleias Gerais de Debenturistas, não incluindo as despesas razoavelmente incorridas pelo Agente Fiduciário no estrito exercício da função de Agente Fiduciário, conforme seja comprovadamente necessárias para o exercício de referida função, tais como, notificações, extração de certidões, despesas com viagens e estadias, despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização, entre outras.

7.7.6. Em caso de mora no pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido.

7.7.7. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em circulação, fica estabelecido que o Agente Fiduciário deve devolver a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data do efetivo cancelamento ou resgate da totalidade, à Emissora.

7.7.8. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição.

7.7.9. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

7.8. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. Caso estas despesas somem mais de R\$3.000,00 (três mil reais), o Agente Fiduciário deverá avisar a Emissora e enviar todos os comprovantes de despesas para que esta possa acompanhar tais gastos.

7.8.1. O ressarcimento a que se refere à Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.8.2. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

7.8.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora.

7.8.4. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias.

7.8.5. A restrição do valor das despesas a que se refere à Cláusula 7.8 acima não compreenderá aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura e na legislação aplicável, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (ii) obtenção de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora e dos Intervenientes Garantidores, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não tenham sido entregues dentro de 20 (vinte) dias da data da solicitação; e
- (iii) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas.

7.8.5.1. Aplicam-se às despesas acima as disposições da Cláusula 7.8 acima, referentes ao ressarcimento dos custos incorridos pelo Agente Fiduciário e ao envio dos comprovantes para acompanhamento dos gastos pela Emissora.

7.8.6. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

7.8.7. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (ii) relacionados ao cumprimento, pela Emissora e/ou pelos Intervenientes Garantidores de suas obrigações nesta Escritura de Emissão, somente serão válidas mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas, conforme o caso ("Assembleia Geral de Debenturistas").

8.2. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.

8.3. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 4.9.1 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

8.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

8.5. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 8.5.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

8.5.1. Não se aplica o *quorum* a que se refere a Cláusula 8.5 acima:

- (i) aos casos em que há *quorum* expressamente previsto em outras cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- (ii) às alterações (a) de *quorum* previsto nesta Escritura de Emissão; (b) dos Juros Remuneratórios; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão devidos aos Debenturistas; (d) do prazo de vigência das Debêntures; (e) da espécie das Debêntures; (f) da criação de evento de repactuação; e (g) de qualquer Evento de Inadimplemento; para os quais dependerão da aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

8.6. Para os fins de cálculo do *quorum* de instalação e de deliberação nos termos desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e não

resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora ou qualquer de seus diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

8.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais.

8.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pela maioria dos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.10. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS INTERVENIENTES GARANTIDORES

9.1. A Emissora declara e garante que:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) na data de assinatura da presente Escritura, sua celebração e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais

a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data ou decorrentes da celebração desta Escritura e da colocação das Debêntures; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição desta Escritura na JUCEES e nos cartórios de títulos e documentos competentes, o registro das Debêntures na CETIP e o registro da Fiança;
- (vii) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, nesta data, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (viii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade;
- (ix) as demonstrações financeiras da Emissora, bem como as demonstrações financeiras consolidadas de seu grupo econômico, datadas de 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e de seu grupo econômico naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora e de seu grupo econômico;
- (x) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.7 desta Escritura;
- (xi) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, exceto por aquelas que estejam sendo contestadas de boa-fé e cuja falta não possa afetar sua situação econômica e financeira e os resultados e/ou as atividades operacionais da Emissora;
- (xii) atenderá integralmente, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, às

obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476;

- (xiii) salvo nos casos em que, de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das suas atividades, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- (xiv) não realizará outra oferta pública de debêntures da mesma espécie dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta das Debêntures, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM ; e
- (xv) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções previstas nesta Escritura.

9.2. Os Intervenientes Garantidores declaram e garantem que:

- (i) são legalmente capazes para celebrar esta Escritura e para cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais necessários para tanto;
- (ii) a Fiança ora prestada constitui uma obrigação legal, válida e vinculante de cada Interveniente Garantidor, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (iii) a celebração desta Escritura e a prestação da Fiança aqui estabelecida não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual cada Interveniente Garantidor seja parte, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem de cada Interveniente Garantidor, ou (c) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos.

9.2.1. A Emissora e/ou os Intervenientes Garantidores obrigam-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações ora prestadas tornem-se inverídicas ou incorretas.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

COTIA VITÓRIA SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 23º andar

São Paulo – SP

05426-100

At.: Sr. Alfredo Mangabeira

Tel.: (11) 3265-6488

Fax: (11) 3265-6446

e-mail: afmangabeira@cotia.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário:

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar

São Paulo – SP

04538-132

At.: Viviane Rodrigues

Tel.: (11) 2172-2628

Fax: (11) 3078-7264

e-mail: vrodriques@plannercorretora.com.br

(iii) Para os Intervenientes Garantidores:

EDUARDO MANGABEIRA ALBERNAZ

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 23º andar

São Paulo – SP

05426-100

Tel.: (11) 3265-6400

Fax: (11) 3265-6446

e-mail: emangabeira@cotia.com.br

FERNANDO DE LIMA MENGE

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 23º andar

São Paulo – SP

05426-100
Tel.: (11) 3265-6400
Fax: (11) 3265-6446
e-mail: fmenge@cotia.com.br

COTIA EMPREENDIMENTOS LOGÍSTICA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 23º andar
São Paulo – SP
05426-100
At.: Sr. Alfredo Mangabeira
Tel.: (11) 3265-6488
Fax: (11) 3265-6446
e-mail: afmangabeira@cotia.com.br

- (iv) Para o Banco Mandatário e Escriturador:

BANCO BRADESCO S.A.

Departamento de Ações e Custódia – DAC
Av. Yara, S/N - Cidade de Deus - Prédio Amarelo – 2º Andar, CEP 06029-900, Osasco – SP.
At.: Marcelo Poli
Tel.: (11) 3684-3749
Fax: (11) 3684-2714
Email: 4010.mpoli@bradesco.com.br

- (vi) Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Av. República do Chile, nº 230, 11º andar
20031-170, Rio de Janeiro/RJ
Tel.: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308 // 2262-5481

ou

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 4º andar
01452-000 - São Paulo/SP
Tel.: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3115-1564
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Email: valores.mobiliarios@cetip.com.br

10.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

10.3. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado pela parte receptora da comunicação. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.4. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais Partes.

10.5. Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente “dia útil” será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

10.6. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.7. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.8. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.9. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

10.10. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.11. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura, bem como de eventuais seus aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.12. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora de elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

11. FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

* * * *

São Paulo, 26 de abril de 2012.

[Página 1/5 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira (1ª) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Cotia Vitória Serviços e Comércio S.A.]

COTIA VITÓRIA SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A.

Por: **Antônio Carlos Militão**
Cargo:

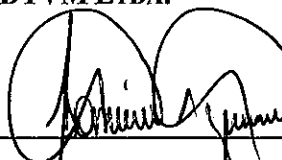
Por: **Renato C. Carramenha**
Cargo:

[Página 2/5 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira (1ª) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Cotia Vitória Serviços e Comércio S.A.]

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.



Por: **Viviane Rodrigues**
Cargo: **Diretora**

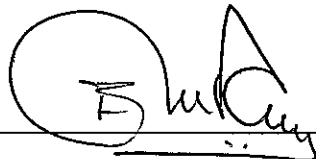


Por: **Flávio D. Aguetoni**
Cargo: **Procurador**



[Página 3/5 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira (1ª) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Cotia Vitória Serviços e Comércio S.A.]

EDUARDO MANGABEIRA ALBERNAZ

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Eduardo', is written over a horizontal line.

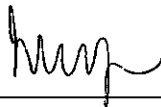
Interveniente Anuente:

BEATRIZ MONTEIRO MANGABEIRA ALBERNAZ

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Beatriz', is written over a horizontal line.

[Página 4/5 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira (1ª) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Cotia Vitória Serviços e Comércio S.A.]

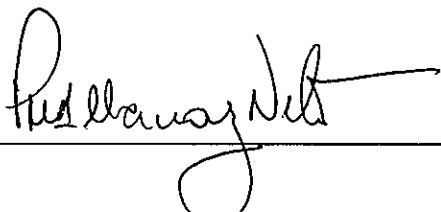
FERNANDO DE LIMA MENGE



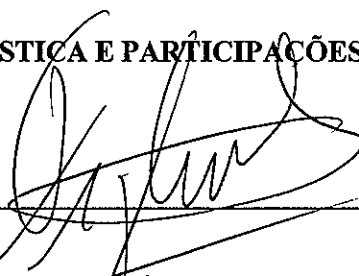


[Página 5/5 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira (1ª) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Cotia Vitória Serviços e Comércio S.A.]

COTIA EMPREENDIMENTOS LOGÍSTICA E PARTICIPAÇÕES S.A.



Por: **Paulo Mangabeira Albernaz Neto**
Cargo:



Por: **Felipe José Figliolini Filho**
Cargo:

Testemunhas:

1. _____
Nome:
RG:

2. _____
Nome:
RG: